



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

LEI Nº 344, DE 04 DE JULHO DE 2007.
(Alterada pela Lei nº 355 de 06 de Dezembro de 2007)

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mário Campos para o exercício de 2008, e dá outras providências.

O Povo do Município de Mário Campos, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para 2008, compreendendo.

- I. as prioridades e metas da administração pública municipal;
- I. a estrutura e organização dos orçamentos;
- I. as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- I. as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- I. as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- I. as disposições gerais.

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2008, as especificadas no Plano Plurianual relativo ao período 2006/2009, em conformidade com as metas especificadas nos quadros I, K e M, em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2008, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I. programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

II. atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III. projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV. operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§3º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme, a seguir, discriminados:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. juros e encargos da dívida;
- III. outras despesas correntes;
- IV. investimentos;
- V. inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição;
- VI. amortização da dívida.

Art. 5º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

- I. à concessão de subvenções econômicas;
- II. ao pagamento de precatórios judiciais, e
- III. as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:

- I. texto da lei;
- II. quadros orçamentários consolidados;
- III. anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV. discriminação da legislação da receita.

§1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- I. evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;
- II. evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;
- III. resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
- IV. resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
- V. receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;
- VI. receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;
- VII. despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;
- VIII. despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;
- IX. programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categorias de programação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

§ 2º O poder Executivo disponibilizará até quinze dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações:

- I. os resultados correntes do orçamento;
- II. os recursos destinados ao ensino básico, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006;
- III. os gastos na área de saúde;
- IV. a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2007 e o programado para 2008, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- V. a memória de cálculo das estimativas do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses quanto ao crescimento vegetativo, concursos públicos, reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de servidores;
- VI. o demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, destacando-se os principais itens de:
 - a) Impostos;
 - b) Contribuições sociais;
 - c) Taxas;
 - d) Transferências.
- VII. a evolução das receitas diretamente arrecadadas nos três últimos anos, por órgão e unidade orçamentária, a execução provável para 2007 e a estimativa para 2008;
- VIII. a memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição, e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental;
- IX. a memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição, e na manutenção e no desenvolvimento do ensino básico, previsto no art. 60 do ADCT.

Art. 8º O Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 30 de agosto de 2007, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 9º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para elaboração do Orçamento do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais
Município e suas alterações

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2008 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

a) As estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) Proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares.

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2008 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

Art. 12. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2006-2009, que tenham sido projetos de lei específicos.

Art. 13. O Poder Legislativo terá como limites das despesas correntes e de capital em 2008, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais determinadas pela Emenda 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídos as unidades executoras.

Art. 16. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

II. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do caput do art. 35 desta Lei.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender à despesas com:

I. celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II. sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

III. pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços de consulta ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Art. 18. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito aprovadas pelo Poder Legislativo.

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham as seguintes condições:

I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II. não tenha débito de prestação de contas de recursos anteriores;

III. tenham sido declaradas por lei como entidades de utilidade pública.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2008 por autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§3º As transferências efetuadas na forma deste artigo, deverão ser precedidas de lei específica de subvenção social e da celebração do respectivo convênio.

§4º É vedada a inclusão de dotação global a títulos de subvenções sociais.

Art. 20. A destinação de recursos a título de “contribuições”, a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, §§ 2º e 6º, da Lei n.º 4.320, de 1964, somente poderá ser efetivada mediante previsão na lei orçamentária e a identificação do beneficiário no convênio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

Art. 21. As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 22. A proposta orçamentária poderá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida.

Art. 23. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§3º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§4º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Poder Legislativo por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§5º Os créditos adicionais aprovados pelo Poder Legislativo serão considerados automaticamente abertos com a sanção publicação da respectiva lei após a expedição do Decreto respectivo.

§6º Até quinze dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, cópia dos referidos decretos e exposição de motivos.

CAPÍTULO IV

Das Disposições relativas às despesas do Município com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 24. O Poder Executivo fará publicar até 31 de agosto de 2007, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 25. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa da folha de pagamento de 2006, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no caput constatarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 26. Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre ou semestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

Art. 27. No exercício de 2008, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I. existirem cargos vagos a preencher;
- II. houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III. for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101, de 2000;
- IV. a título temporário, por contrato, para atender a excepcional interesse público, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 01/2007.

Art. 28. Para fins do art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, estão admitidas revisões de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras desde que demonstrado o impacto das mesmas no ano de sua implantação e a projeção nos dois exercícios seguintes na mensagem que encaminhar à Câmara Municipal o Projeto de Lei específico, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 29. No exercício de 2008, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, exceto nos casos previstos na orgânica do município, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Administração.

Art. 30. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

I. sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II. não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 31. No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite de 90% da dotação constante da Lei Orçamentária.

§1º Na estimativa de que trata o “caput”, é vedada a inclusão de qualquer despesa que não seja com a folha normal.

§2º Para efeito deste artigo, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo terceiro salário, férias, abono de férias e outras vantagens pecuniárias, previstas na Lei Orçamentária.

§3º O pagamento de despesas não previstos na folha normal somente poderá ser efetuado em folha complementar, condicionado à existência de prévia e suficiente dotação orçamentária.

Art. 32. As dotações remanescentes da aplicação do disposto no artigo anterior, identificadas pela Secretaria da Fazenda, poderão, ser remanejadas, inclusive para outros órgãos.

Parágrafo único. As dotações mencionadas no “caput” somente poderão ser redistribuídas para outro órgão mediante autorização Legislativa.

Art. 33. Fica o Executivo autorizado, nos termos da Constituição Federal, durante a execução orçamentária de 2008, a:

I. a abrir Créditos Suplementares, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964 utilizando:

a) Até o limite que a Lei Orçamentária de 2008 permitir do valor total do orçamento nas dotações que se fizerem insuficientes durante a execução orçamentária de 2008, podendo para tanto, utilizar-se de anulação parcial e/ou total de dotações conforme dispõe o inciso III do artigo 43 da Lei 4.320/64;

b) Os recursos provenientes do superávit financeiro verificando em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei 4320/64;

c) Os recursos originados do excesso de arrecadação, conforme autorizado pelo inciso II do artigo 43 da Lei 4320/64;

d) O produto de operações de créditos autorizadas, observado o disposto no inciso IV do já mencionado artigo 43 da Lei 4320/64.

I. promover as medidas necessárias inclusive contingenciamento, para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

I. proceder à realocação de recursos consignados nas dotações orçamentárias de pessoal e encargos sociais, por meios de crédito adicional suplementar, para preservar a apropriação do gasto no centro de custo das unidades administrativas;

II. transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal;

III. realizar operações de crédito inclusive por antecipação da receita, até o limite e nos termos estabelecidos pela legislação em vigor.

§1º A autorização contida no inciso IV deste artigo, dada a preservação da categoria, não oneram o limite tratado no inciso I, alínea “a” deste artigo, a ser previsto na Lei Orçamentária de 2008.

§2º Os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativo a pessoal inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, não oneram o limite tratado no inciso I, alínea “a” deste artigo, a ser previsto na Lei Orçamentária de 2008.

I. a abrir Crédito Suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2007, podendo para tanto, utilizar o superávit financeiro verificado no exercício anterior;

II. promover as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita.

III. proceder à realocação de recursos consignados nas dotações orçamentárias de pessoal e encargos sociais, por meio de crédito adicional suplementar, para preservar a apropriação do gasto nos centros de custo das unidades administrativas.

Art. 34. Os órgãos setoriais de orçamento ou equivalentes indicarão à Secretaria da Fazenda as dotações que deverão ser canceladas, bem como os limites a serem reduzidos, para abertura de créditos adicionais, destinados ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, sempre que for identificada insuficiência de recursos nestas.

CAPÍTULO V

Da Inscrição em Restos a Pagar

Art. 35. Somente poderão ser inscritas em “Restos a Pagar” as despesas efetivamente realizadas.

§1º Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§2º Os saldos de dotações referentes às despesas não realizadas deverão ser anulados.

§3º Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

§4º Os órgãos de contabilidade analítica anularão os saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesa.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária

Art. 36. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 37. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I. serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II. será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

~~Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.~~

Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária. (*Alterada pela LEI Nº 355, de 06 de dezembro de 2007)

~~§1º Para os fins de controle de custos previstos na alínea “e”, art. 4º da Lei complementar 101, de 04 de 2000, é vedada a abertura de processo administrativo tributário ou de processo judicial para cobrança de tributo, cujo custo seja igual ou inferior a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).~~

§1º Para os fins de controle de custos previstos na alínea “e”, art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é vedada a abertura de processo administrativo tributário ou de processo judicial para cobrança de tributo, cujo custo seja igual ou inferior a um salário mínimo e meio. (*Alterada pela LEI Nº 355, de 06 de dezembro de 2007)

~~§2º O Executivo aplicará as normas deste artigo, inclusive quanto aos processos ou procedimentos em andamento devendo ser requerida medida baixa respectiva.~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

§2º O Executivo aplicará as normas deste artigo, inclusive quanto aos processos ou procedimentos em andamento devendo ser requerida medida baixa respectiva. (*Alterada pela LEI N° 355, de 06 de dezembro de 2007)

Art. 39. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais” e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucional ou legal de execução.

§1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§2º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do caput, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 40. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 41. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterà obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 42. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000 as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 43. Para os efeitos do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I. caso de considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II. nas despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 44. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2008, cronograma anual de desempenho mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

§1º Os atos de que trata o caput conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplado limites para a execução de despesas não financeiras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

§2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem conterão metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos.

§3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 45. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data, improrrogável, de 30 de novembro.

Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 47. Se o projeto de lei orçamentária não foi devolvido com autógrafos pelo Presidente da Câmara até 31 de dezembro de 2007, para sanção do Prefeito Municipal, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de um doze avos de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Art. 48. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 49. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada.

Art. 50. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 51. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 52. No projeto de lei orçamentária para 2008 serão destinados recursos necessários à transferência de recursos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Art. 53. As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária anual à União, Estados e aos Municípios a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

Art. 54. Integram a presente Lei:

I. Quadro A - Metas Fiscais - Avaliação das receitas e despesas correntes dos três exercícios anteriores;

II. Quadro B - Metas Fiscais – Estimativa das despesas e receitas correntes para os dois exercícios seguintes;

III. Quadro C - Metas Fiscais – Avaliação das receitas e despesas correntes do ano anterior;

IV. Quadro D - Metas Fiscais - Metas de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal;

V. Quadro E - Dívida Pública

VI. Quadro F - Evolução do Patrimônio Líquido;

VII. Quadro G - Metas Fiscais – Estimativa de Compensação de Renúncia de Receita de 2008;

VIII. Quadro H - Metas Fiscais – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

IX. Quadro I - Metas de Políticas;

X. Quadro J - Elenco de Prioridades da Câmara Municipal;

XI. Quadro K - Elenco de Prioridades do Poder Executivo;

XII. Quadro L - Indicadores de prioridades eleitas na Audiência Pública Municipal

XIII. Quadro M - As prioridades mais eleitas na Audiência Pública Municipal

Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 56. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mário Campos, 04 de julho de 2007.

Anderson Ferreira Alves
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS	METAS FISCAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS	QUADRO A

AVALIAÇÃO DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

A	ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ARRECADADA		
		2004	2005	2006
10000000	RECEITAS CORRENTES	6.462.989,09	7.547.368,57	9.286.079,42
11000000	Receita Tributária	540.109,85	393.973,67	467.720,86
12000000	Receita de Contribuições	239.600,72	270.171,52	294.982,56
13000000	Receita Patrimonial	15.773,06	65.699,83	110.253,60
14000000	Receita Agropecuária			
15000000	Receita Industrial			
16000000	Receita de Serviços	16.398,83	20.654,11	11.436,03
17000000	Transferências Correntes	5.386.935,76	6.556.963,89	8.297.577,72
19000000	Outras Receitas Correntes	264.170,87	239.905,55	104.108,65
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	544.879,37		693.087,69
21000000	Operações de Crédito	326.999,47		
22000000	Alienação de Bens			60.850,00
23000000	Amortização de Empréstimos			
24000000	Transferências de Capital	217.879,90		632.237,69
25000000	Outras Receitas de Capital			
90000000	Dedução de Receita p/ formação do FUNDEF	(596.306,70)	(722.368,79)	(958.792,70)
TOTAL GERAL		6.411.561,76	6.824.999,78	9.020.374,41

B	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA		
		2004	2005	2006
300000	DESPESAS CORRENTES	5.192.957,79	5.885.738,13	7.275.985,18
310000	Despesas de Custeio	2.702.719,83	3.437.761,05	4.512.365,16
320000	Transferências Correntes	2.490.237,96	2.447.977,08	2.763.620,02
400000	DESPESAS DE CAPITAL	748.680,46	693.127,00	1.268.856,48
410000	Investimentos	710.673,33	612.265,46	1.171.267,38
420000	Inversões Financeiras			
430000	Transferências de Capital			
450000	Regime de Execução Especial			
460000	Amortização da Dívida	38.007,13	80.861,54	97.589,10
900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

TOTAL GERAL	5.941.638,25	6.578.865,13	8.544.841,66
RESULTADO NOMINAL (A – B)	469.923,51	246.134,65	475.532,75
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS	METAS FISCAIS		
ESTADO DE MINAS GERAIS	QUADRO B		

ESTIMATIVA PARA OS DOIS EXERCÍCIOS SEGUINTE

ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO		
		2007	2008	2009
1000000	RECEITAS CORRENTES	10.080.500,00	10.534.122,50	11.008.158,01
1100000	Receita Tributária	821.500,00	858.467,50	897.098,54
1200000	Receita de Contribuições	380.000,00	397.100,00	414.969,50
1300000	Receita Patrimonial	140.000,00	146.300,00	152.883,50
1400000	Receita Agropecuária			
1500000	Receita Industrial			
1600000	Receita de Serviços	25.000,00	26.125,00	27.300,63
1700000	Transferências Correntes	8.561.000,00	8.946.245,00	9.348.826,03
1900000	Outras Receitas Correntes	153.000,00	159.885,00	167.079,83
2000000	RECEITAS DE CAPITAL	2.150.000,00	2.246.750,00	2.347.853,75
2100000	Operações de Crédito	500.000,00	522.500,00	546.012,50
2200000	Alienação de Bens	100.000,00	104.500,00	109.202,50
2300000	Amortização de Empréstimos			
2400000	Transferências de Capital	1.550.000,00	1.619.750,00	1.692.638,75
2500000	Outras Receitas de Capital			
TOTAL GERAL		12.230.500,00	12.780.872,50	13.356.011,76

ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO		
		2007	2008	2009
300000	DESPEAS CORRENTES	9.453.500,00	9.878.907,50	10.323.458,34
310000	Despesas de Custeio	5.233.750,00	5.469.268,75	5.715.385,84
320000	Transferências Correntes	4.219.750,00	4.409.638,75	4.608.072,49
400000	DESPEAS DE CAPITAL	2.727.000,00	2.849.715,00	2.977.952,18
410000	Investimentos	2.582.000,00	2.698.190,00	2.819.608,55
420000	Inversões Financeiras	30.000,00	31.350,00	32.760,75
430000	Transferências de Capital			
450000	Regime de Execução Especial			
460000	Amortização da Dívida	115.000,00	120.175,00	125.582,88
900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(50.000,00)	(52.250,00)	(54.601,25)
TOTAL GERAL		12.230.500,00	12.780.872,50	13.356.011,76



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
ESTADO DE MINAS GERAIS

METAS FISCAIS
QUADRO C

AVALIAÇÃO DO ANO ANTERIOR

ESPECIFICAÇÃO		RECEITA ARRECADADA / 2006			
		PREVISÃO	REALIZAÇÃO	VARIAÇÃO	%
1000000	RECEITAS CORRENTES	10.530.000,00	9.286.079,42	1.243.920,58	13,396
1100000	Receita Tributária	646.000,00	467.720,86	178.279,14	38,117
1200000	Receita de Contribuições	360.000,00	294.982,56	65.017,44	22,041
1300000	Receita Patrimonial	130.000,00	110.253,60	19.746,40	17,910
1400000	Receita Agropecuária				
1500000	Receita Industrial				
1600000	Receita de Serviços	39.000,00	11.436,03	27.563,97	241,03
1700000	Transferências Correntes	9.080.000,00	8.297.577,72	782.422,28	9,430
1900000	Outras Receitas Correntes	275.000,00	104.108,65	170.891,35	164,147
	TOTAL				
2000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.733.000,00	693.087,69	1.039.912,31	150,040
2100000	Operações de Crédito	500.000,00			
2200000	Alienação de Bens	200.000,00	60.850,00	139.150,00	228,677
2300000	Amortização de Empréstimos				
2400000	Transferências de Capital	1.033.000,00	632.237,69	400.762,31	63,388
2500000	Outras Receitas de Capital				
	TOTAL				
TOTAL GERAL		11.438.000,00	9.020.374,41	2.417.625,59	26,802

ESPECIFICAÇÃO		DESPESA REALIZADA / 2006			
		PREVISÃO	REALIZAÇÃO	VARIAÇÃO	%
300000	DESPESAS CORRENTES	9.118.000,00	7.275.985,18	1.842.014,82	25,316
310000	Despesas de Custeio	5.036.250,00	4.512.365,16	523.884,84	11,610
320000	Transferências Correntes	4.081.750,00	2.763.620,02	1.318.129,98	47,696
400000	DESPESAS DE CAPITAL	2.260.000,00	1.268.856,48	991.143,52	78,113
410000	Investimentos	2.155.000,00	1.171.267,38	983.732,62	83,989
420000	Inversões Financeiras				
430000	Transferências de Capital				
450000	Regime de Execução Especial				
460000	Amortização de Dívida	105.000,00	97.589,10	7.410,90	7,594
900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00			
	TOTAL				
TOTAL GERAL		11.438.000,00	8.544.841,66	2.893.158,34	33,858



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS	METAS FISCAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS	QUADRO D

METAS DE RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO PRIMÁRIO
Art. 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

ITENS	2004	2005	2006
Receita Total (Estimada)	7.213.000,00	7.897.650,00	11.438.000,00
Despesa Total (Estimada)	7.213.000,00	7.897.650,00	11.438.000,00
Receita Total (Realizada)	6.411.561,76	6.824.999,78	9.020.374,41
Receita de Aplicações Financeiras	-	-	-
Receita Operações de Crédito	326.999,47	-	-
Receitas de Alienações de Bens	-	-	60.850,00
Receita Fiscal (A)	6.084.562,29	6.824.999,78	8.959.524,41
Despesa Total (Realizada)	5.941.638,25	6.578.865,13	8.544.841,66
Amortização da Dívida	38.007,13	80.861,54	97.589,10
Concessão de Empréstimos	-	-	-
Aquisição de Títulos de Cap. já Integralizados	-	-	-
Despesa Fiscal (B)	5.903.631,12	6.498.003,59	8.447.252,56
<i>Resultado Primário (C) = (A) - (B)</i>	180.931,17	282.995,69	512.271,85
Juros	14.621,33	28.454,02	24.955,60
<i>Resultado Nominal</i>	166.309,84	254.541,67	487.316,25



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS ESTADO DE MINAS GERAIS	DÍVIDA PÚBLICA QUADRO E			
	2004	2005	2006	2007
DÍVIDA FUNDADA				
A – INSS	314.740,57	302.238,93	261.474,09	25.039,42*
B - BDMG	320.186,99	302.101,08	267.387,35	28.659,21*
DÍVIDA FLUTUANTE				
A – RESTOS A PAGAR	176.492,66	433.369,06	361.595,18	
B – DEPÓSITOS	19.090,33	36.247,33	42.810,09	
Total da Dívida Pública	830.510,55	1.073.956,40	933.266,71	53.698,63

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS ESTADO DE MINAS GERAIS	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO QUADRO F		
--	--	--	--

Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

TÍTULOS	BALANÇOS		
	2004	2005	2006
ATIVO			
Ativo Financeiro	120.389,02	625.659,29	919.532,15
Total do Ativo Permanente			
Ativo Permanente	4.616.605,44	4.715.246,14	5.117.828,07
Incorporações Autarquias			
TOTAL DO ATIVO	4.736.994,46	5.340.905,43	6.037.360,22
PASSIVO			
Passivo Financeiro	202.323,02	476.630,32	410.849,20
Passivo Permanente	634.927,56	604.340,01	528.861,44
Incorporações Autarquias			
TOTAL DO PASSIVO	837.250,58	1.080.970,33	939.710,64
<i>Patrimônio Líquido</i>	3.899.743,88	4.259.935,10	5.097.649,58
TOTAL GERAL	4.736.944,46	5.340.905,00	6.037.360,22



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS	METAS FISCAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS	QUADRO G

ESTIMATIVA DE COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA DE 2008
Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso v da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

RECEITAS	ESTIMATIVA	% PARTICIPAÇÃO	COMPENSAÇÃO
IPTU	50.000,00	20%	
ISS			
ITBI			
Taxas			
<i>Contribuição</i>			
Dívida Ativa			
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	50.000,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

METAS FISCAIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

QUADRO H

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso V da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

A expansão das despesas de caráter continuado será nula, face ao controle rígido das despesas e a previsão de se atingir superávit primário, que possibilitem a redução sistemática da Dívida Pública.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Artigo 4º, Parágrafo 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Foi estabelecido um superávit nominal da ordem de R\$ XXXXX, que será alocado na lei orçamentária anual, na forma de reserva de contingência, onde parte destas despesas judiciais extraordinárias e outros passivos contingentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

METAS POLÍTICAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

QUADRO I

**POLÍTICAS
INSTITUCIONAIS**

- a) Modernização dos Sistemas de administração tributária com a finalidade de elevar a arrecadação tributária da Prefeitura Municipal.
- b) Modernizar o gerenciamento da folha de pagamento de pessoal para redução efetiva do custeio da Prefeitura Municipal.
- c) Consolidação da política de recursos humanos voltados para a capacitação e desenvolvimento gerencial do servidor público.
- d) Modernização da execução orçamentária, incorporando ferramentas de análise gerencial no processamento das receitas e despesas públicas.
- e) Ampliação e reformulação do projeto democrático do orçamento com a integração das políticas públicas setoriais de discussões e decisões.
- f) Promoção de ações visando ampliar e consolidar a descentralização administrativa.
- g) Consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado.
- h) Implantação do sistema de controle interno, na detecção de irregularidades e como instrumento de gestão.

**POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**

- a) Apoiar o ensino, a alfabetização e a qualificação de professores, buscando melhorar a qualidade do ensino municipal.
- b) Estimular a erradicação do analfabetismo.
- c) Distribuição de material e merenda escolar.
- d) Desenvolvimento e divulgação de estudos, pesquisas e avaliações educacionais.
- e) Coordenar, supervisionar e desenvolver atividades que culminem na melhoria da qualidade do ensino fundamental, em todas as suas modalidades de forma a assegurar o acesso a escola e diminuir os índices de analfabetismo, repetência e evasão.
- f) Assegurar a remuneração condigna do magistério consoante o que dispõe a emenda constitucional nº 14/96.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

	<p>g) Definição e implantação da Política de Educação infantil em consonância com as exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Básicas da Educação de 1996, reconhecida como a primeira etapa da educação básica e direito das crianças.</p>
POLÍTICAS DE SAÚDE	<p>a) Promover a qualificação de recursos humanos, de modo que se obtenha maior produtividade e melhoria nos serviços prestados.</p> <p>b) Adquirir equipamentos para os Serviços de Saúde no Município.</p> <p>c) Desenvolvimento de ações de assistência médica e odontológica em regime ambulatorial e de internações, bem como apoiar a assistência médica à família prestada por agentes comunitários de saúde.</p> <p>d) Adquirir e distribuir medicamentos de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes.</p>
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL	<p>a) Viabilização dos investimentos necessários às diretrizes da política municipal de habitação.</p> <p>b) Elaboração da política de saneamento, definido diretrizes que subsidiem a Administração Pública Municipal no trato das ações relacionadas ao saneamento básico.</p> <p>c) Viabilização e implantação gradativa do tratamento de resíduos sólidos, possibilitando a devolução dos resíduos como matéria prima ao setor produtivo e ao meio ambiente de forma estabilizada e segura.</p> <p>d) Implantação de instrumentos de gestão na área da saúde capazes de garantir melhor qualidade no atendimento e nos serviços prestados ao cidadão.</p> <p>e) Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social.</p> <p>f) Consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS ESTADO DE MINAS GERAIS	<i>Elenco de prioridades da Câmara Municipal</i> QUADRO J
Ampliação do quadro de pessoal;	
Aquisição de livros;	
Manutenção e reparo de veículos;	
Concessão de gratificações e abonos a servidores.	
Construção da Sede própria e instalação do Legislativo;	
Ampliação e conclusão do espaço destinado à garagem para garantir mais segurança e abrigo para o veículo do Legislativo;	
Reequipar os serviços da secretaria da Câmara em especial para implantação de Documentação informatizada, publicação e divulgação;	
Dotação de equipamentos para registro e eventos fora e dentro da Câmara Municipal, tais como máquina fotográfica, gravador e filmadora;	
Capacitação de pessoal através da participação em cursos e seminários;	
Adoção de programas de informática através de contratos ou convênios para modernizar os serviços de contabilidade e estruturação do processo legislativo;	
Incentivo à participação do vereador e servidores em seminários, congressos e ciclos de estudos e cursos relativos ao processo legislativo e administrativo, bem como das aplicabilidades da legislação em vigor;	
Aquisição de mais veículos para o Legislativo Municipal;	
Reestruturar os serviços de arquivo e almoxarifado;	
Expansão dos serviços de informação e divulgação do trabalho através da criação do Informativo da Câmara e de aquisição de serviços da emissora de rádio local e televisão;	
Conceder Títulos de Cidadania e Medalhas do Mérito Legislativo para homenagear e prestigiar pessoas cuja trajetória e conduta de vida comunitária tenha sido destaque na cidade.	
Celebração de Convênios;	
Promoção de eventos para participação da comunidade;	
Implantação da Biblioteca.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS ESTADO DE MINAS GERAIS	<i>Elenco de prioridades do Poder Executivo</i> QUADRO K
<i>Gabinete e Secretaria do Prefeito</i> Manutenção do gabinete do prefeito; Manutenção da Secretaria.	
<i>Procuradoria geral.</i> Manutenção da procuradoria; Precatórios, sentenças e custas judiciais; Aquisição de acervo bibliográfico; Celebração de convênios e contratos; Desapropriação de imóveis; Acordos judiciais.	
<i>Controle Interno.</i> Manutenção das atividades do controle interno; Modernização e aperfeiçoamento do controle;	
<i>Secretaria Municipal de Administração.</i> Aquisição de equipamentos; Aquisição de veículos e máquinas; Treinamento de recursos humanos; Aluguéis e seguros de veículos e máquinas; Aluguéis de imóveis; Aluguéis de equipamentos; Contratação de serviços; Modernização dos serviços administrativos; Almoxarifado e patrimônio; Convênio EMATER; Convênio polícia civil; Convênio polícia militar; Convênio para manutenção de a junta militar; Convênio com o tribunal de justiça eleitoral e fórum; Convênio com associações comunitárias e sindicatos; Celebração de outros convênios e contratos; Contribuições para associações de municípios nas quais Mário Campos seja parte; Ampliação do quadro de pessoal; Implantação, e informatização do setor de arquivo; Reestruturação e integração dos setores administrativos; Proventos.	
<i>Secretaria Municipal de Fazenda.</i> Modernização e reestruturação da administração tributária e de arrecadação municipal; Convênio com a Secretaria de estado de fazenda – SIAT para regularização fazendária, especialmente, os alvarás; Contribuição para o PASEP; Apreciação e julgamento administrativo de litígios fiscais; Recadastramento imobiliário; Modernização do controle e execução orçamentária; Parcelamento de débitos; Amortização de financiamentos.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Comunicação, Turismo, Esporte e Lazer.

Serviços de divulgação, comunicação e relações públicas;
Serviços de filmagens e fotografia;
Campanhas educacionais;
Apoio ao grupo de terceira idade;
Apoio e implantação a eventos e projetos esportivos;
Aquisição de materiais e equipamentos esportivos;
Despesas com transporte e alimentação;
Implantação e manutenção de biblioteca pública municipal;
Apoio a eventos culturais e festas populares;
Restauração do Casarão Sampaio e instalação de espaço cultural;
Desenvolvimento do diagnóstico e ações voltadas para o turismo municipal;
Convênios para implementação de cursos profissionalizantes;
Convênios com escolas técnicas ou universidades para recrutamento de estagiários do Município de Mário Campos;
Treinamento de servidores efetivos para organização de eventos cerimonial;
Construção de estação de tratamento de esgoto sanitário;
Construção, ampliação e manutenção no sistema de abastecimento d' água;
Construção de praças, parques e jardins;
Manutenção de praças, parques e jardins;
Construção de ginásios poliesportivos cobertos;
Implantação e conservação de sinalização de trânsito;
Construção da sede própria da administração municipal;
Construção de espaço especial para eventos;
Contribuição para implantação do plano diretor da grande BH;
Elaboração e implantação do plano diretor municipal.
Contratação (aluguéis) de ônibus para eventos religiosos, desportivos e educacionais para o município;
Implantação e manutenção de linha circular interna de transporte municipal.

Secretaria Municipal de Saúde.

Ampliação de atendimento nas unidades de saúde;
Construção, e manutenção do laboratório de análise clínica;
Aquisição de veículos;
Capacitação e treinamento dos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Saúde;
Contribuição para manutenção do consórcio intermunicipal de saúde;
Implantação e manutenção dos programas assistenciais de saúde;
Implantação e manutenção do serviço de saúde mental;
Manutenção da vigilância sanitária;
Manutenção do conselho municipal de saúde;
Manutenção do programa de assistência farmacêutica básica;
Manutenção do programa de cadastramento de usuários do SUS;
Manutenção do programa de epidemiologia e controle de doenças;
Manutenção reforma e/ou ampliação de centros de saúde;
Manutenção e abastecimento de veículos;
Auxílio financeiro para os pacientes que necessitem de realizar tratamento fora do domicílio.
Implantação do PSF – Programa de Saúde da Família;
Atendimento aos portadores de deficiência e excepcionais;
Aquisição de aparelhos de ultra-som, raio-x e desfibrilador para as unidades municipais existentes e para aquelas que vierem a ser construídas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Educação.

Aquisição de equipamentos;
Treinamento dos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação;
Manutenção de programas educacionais;
Aquisição de acervo pedagógico;
Construção e manutenção de quadras em unidades escolares;
Convênios e contratos para formação de professores em nível superior;
Implementação de plano de carreira para o magistério;
Construção e ampliação de unidades escolares;
Ampliação e Manutenção do transporte escolar;
Abonos e gratificações;
Aquisição de veículos;
Aquisição de equipamentos para parque infantil;
Aquisição de livros e materiais didáticos;
Manutenção do projeto de educação de jovens e adultos e do Telecurso 2000
Celebração de convênios e contratos;
Aluguéis de imóveis;
Seguros para veículos;
Ampliação do quadro de pessoal
Criação e implantação de cursos profissionalizantes.

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano.

Obras de pavimentação e drenagem;
Abastecimento de água;
Implantação / manutenção e ampliação dos serviços de eletrificação rural e urbana;
Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos;
Construção e manutenção de rotatórias;
Construção, manutenção a ampliação de prédios públicos;
Abertura, manutenção, conservação e melhorias de ruas, estradas e avenidas municipais;
Construção da casa de amparo ao idoso.
Aplicação do Código de Posturas

Secretaria Municipal de Ação Social.

Convênio com instituições especializadas no combate às drogas;
Implantação e manutenção do programa de atendimento à criança e do adolescente;
Manutenção do conselho tutelar;
Manutenção e apoio ao conselho dos direitos da criança e do adolescente;
Implantação e manutenção de creches;
Auxílios e donativos a pessoas carentes;
Manutenção do benefício de auxílio funeral;
Manutenção e desenvolvimento do programa de emprego e renda;
Manutenção de convênios com associações comunitárias e sindicatos;
Obras de caráter de emergência em áreas de risco;
Capacitação e treinamento dos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Ação Social;
Assistência judiciária à população carente;
Convênio com a APAE e outras entidades de cunho social;
Manutenção e apoio ao conselho municipal de assistência social.
Manutenção dos Programas de Vale Gás, Bolsa Escola e Bolsa Família;
Convênio com a BHTRANS para fornecimento de passe livre para deficientes físicos.
Convênio com a Fundação PESTALOZZI;
Implantação de programas de ajuda ao primeiro emprego.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Meio' Ambiente e Serviços Urbanos

Programa de desenvolvimento agrícola;
Manutenção e aperfeiçoamento do programa da coleta seletiva de lixo;
Implantação e manutenção de aterro sanitário;
Manutenção da limpeza pública;
Ampliação / manutenção e reparos na rede de saneamento básico;
Implantação e Manutenção da estação de tratamento de esgoto,
Reforma e conservação da lagoa do bairro Campo Verde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS <i>ESTADO DE MINAS GERAIS</i>		Indicadores das Prioridades Eleitas na Audiência Pública Municipal QUADRO L	
Classificação	Nº votos	Prioridade	Percentual
TOTAL	323		100%
1º.	45	Saúde / Posto de Saúde / Atendimento	13,93%
2º.	28	Transporte Coletivo / Trânsito	8,67%
3º.	26	Industrialização	8,05%
4º.	24	Calçamento / Asfalto	7,43%
5º.	19	Segurança / Combate à Violência	5,88%
6º.	19	Combate ao Desemprego	5,88%
7º.	18	Saneamento Básico (Esgoto-Lixo-Água)	5,57%
8º.	18	Construção de Velório Municipal	5,57%
9º.	17	Educação / Escolas / Creches	5,26%
10º.	17	Desenvolvimento Comercial / Bancos	5,26%
11º.	15	Combate às drogas	4,64%
12º.	15	Lazer / Esportes	4,64%
13º.	13	Combate à pobreza / Miséria	4,03%
14º.	10	Manutenção de Conservação de Vias	3,09%
15º.	09	Praças / Parques / Jardins	2,78%
16º.	06	Meio Ambiente / Poluição	1,86%
17º.	06	Cultura / Artes em Geral	1,86%
18º.	05	Luz / Rede Elétrica / Energia	1,55%
19º.	04	Habitação	1,24%
20º.	03	Prevenção a enchentes / Canalização	0,93%
21º.	03	Agricultura Pecuária	0,93%
22º.	03	Menor Abandonado	0,93%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

Prioridades Eleitas na Audiência
Pública Municipal

ESTADO DE MINAS GERAIS

QUADRO M

SAÚDE

- Aquisição de ambulância, construção de posto de saúde no bairro Bom Jardim;
- Aumento do fornecimento de remédios;
- Aquisição de Motocicleta para transporte de exames médicos.
- Construção de unidades de saúde
- Contratação de médicos especialistas
- Capacitação de servidores
- Implantação do P.S.F.

COMBATE AO DESEMPREGO

- Incentivo a cursos profissionalizantes e ao primeiro emprego;
- Implantação de empresas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Combate às drogas;
- Implantação do centro de recuperação dos drogados ou convênios

OBRAS

- Ampliação do saneamento básico;
- Pavimentação asfáltica
- Calçamento asfalto.

INDUSTRIALIZAÇÃO

- Criação do distrito industrial na Reta II;
- Incentivo à implantação de pequenas empresas na região de Bela Vista.

SEGURANÇA

- Combate à violência;
- Convênio com o CONSEP;
- Incentivo às entidades que combatem o crime;
- Aquisição de viatura;
- Aplicação do código de postura.

TRANSPORTE E TRÂNSITO

- Melhoria das condições do trânsito no Centro do Município;
- Criação de linha circular interna;
- Sinalização.